

“E EU NÃO SOU UMA ESCRITORA?”: ESCRIVIVÊNCIAS DE MULHERES NEGRAS ENTRE SUBJETIVIDADE E LEGITIMAÇÃO CIENTÍFICA

“AND AM I NOT A WRITER?”: WRITING EXPERIENCES OF BLACK WOMEN BETWEEN SUBJECTIVITY AND SCIENTIFIC LEGITIMATION

Anna Caroline de Araújo¹

Resumo: a produção de conhecimento no interior das instituições acadêmicas tem sido historicamente marcada por processos de hierarquização epistêmica que definem quais sujeitos, experiências e formas de escrita podem ser reconhecidos como legítimos no campo científico. Nesse contexto, as produções intelectuais de mulheres negras foram frequentemente invisibilizadas ou desqualificadas, sobretudo quando atravessadas por narrativas que articulam experiência, memória e subjetividade. Partindo dessa problemática, o presente artigo tem como objetivo problematizar os processos de deslegitimação que incidem sobre a escrita e a produção de conhecimento elaboradas por mulheres negras, refletindo sobre as tensões existentes entre subjetividade, experiência e reconhecimento científico. Metodologicamente, o estudo configura-se como um ensaio teórico de abordagem qualitativa, fundamentado em análise bibliográfica crítica de autoras do feminismo negro e de perspectivas decoloniais que discutem produção de conhecimento, subjetividade e legitimação científica. A partir desse referencial, busca-se evidenciar de que maneira as produções intelectuais de mulheres negras tensionam os limites tradicionais do campo científico, ao reivindicar o reconhecimento de saberes situados e de experiências historicamente marginalizadas como formas legítimas de produção de conhecimento.

Palavras-chave: Mulheres negras; Produção de conhecimento; Subjetividade.

Abstract: the production of knowledge within academic institutions has historically been marked by processes of epistemic hierarchization that define which subjects, experiences, and forms of writing can be recognized as legitimate in the scientific field. In this context, the intellectual productions of Black women have frequently been made invisible or disqualified, especially when traversed by narratives that articulate experience, memory, and subjectivity. Starting from this problem, this article aims to problematize the processes of delegitimization that affect the writing and knowledge production elaborated by Black women, reflecting on the existing tensions between subjectivity, experience, and scientific recognition. Methodologically, the study is configured as a theoretical essay with a qualitative approach, based on a critical bibliographic analysis of authors from Black feminism and decolonial perspectives who discuss knowledge production, subjectivity, and scientific legitimation. Based on this framework, we seek to highlight how the intellectual productions of Black women challenge the traditional limits of the scientific field, by claiming recognition of situated knowledge and historically marginalized experiences as legitimate forms of knowledge production.

Keywords: Black women; Knowledge production; Subjectivity.

1 INTRODUÇÃO

Por que as escritas, vozes e pensamentos de mulheres negras que produzem conhecimento a partir da sua subjetividade é posto como conhecimento sem credibilidade nas grandes instituições de ensino superior? Essa escrita, feita pelas mãos de outra pesquisadora negra, se inicia com uma pergunta para começar a provocar o leitor acerca dos

¹ Doutoranda em Artes Cênicas (PPGCEN-UNB), Mestra em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do Oeste da Bahia, Licenciada em Artes Visuais pela mesma instituição. Possui especializações em História e Cultura Afro-Brasileira pela Faculdade Venda Nova do Imigrante, e em Artes na Educação, pelo Instituto Brasileiro de Formação de Minas Gerais. Atua como professora, artista e pesquisadora, articulando práticas pedagógicas, artísticas e epistemológicas fundamentadas nos saberes afro-brasileiros e nas perspectivas decoloniais.

próximos questionamentos e afirmações advindas de escritoras negras que dissertam sobre essa temática. A deslegitimação das escritas, vozes e formulações teóricas produzidas por mulheres negras no interior das grandes instituições de ensino superior, nas prateleiras das bibliotecas físicas e virtuais, não se configura como um fenômeno episódico ou circunstancial, mas como efeito de uma estrutura histórica de produção e validação do conhecimento marcada por matrizes eurocêtricas, patriarcais e coloniais. Há uma semelhança nas memórias e emoções desses corpos, quando nos referimos ao campo intelectual, resultado de um epistemicídio (Carneiro, 2005).

A universidade moderna consolidou-se sob a pretensão de universalidade e neutralidade científica, estabelecendo critérios de legitimidade epistemológica que privilegiaram determinadas experiências sociais, notadamente masculinas, brancas e ocidentais, em detrimento de outras. Se me proponho a escrever sobre saúde, política, educação, sociedade, religião e outras demandas fundamentais à vida social, por que não fazê-lo a partir das experiências que vivencio? Escrever desde o lugar que ocupo não apenas confere maior propriedade e legitimidade ao discurso, como também possibilita dar visibilidade aos pensamentos daqueles que compartilham das mesmas inquietações, mas que, frequentemente, são silenciados.

Ao longo dos anos, tentei substituir as definições da minha vida que vinham de fora – dadas por grupos dominantes – pelo ponto de vista de minha autodefinição. Porém, ainda que minha odisseia pessoal tenha servido para dar origem a este trabalho, hoje sei que minhas experiências não são unicamente minhas. Longe disso. Assim como as mulheres afro-americanas, muitas outras pessoas que ocupam categorias socialmente preteridas foram silenciadas. A voz que busco hoje, portanto, é tanto individual quanto coletiva, é pessoal e política, e reflete a intersecção de minha biografia única com o significado mais amplo do momento histórico em que vivo (Collins, 2016, p. 19).

Porque nossa subjetividade, aquela das mulheres negras, pobres, “macumbeiras”, ribeirinhas, mães solas, quilombolas, incomodam tanto? Vamos descobrir, ou apenas tentar entender. Nesse contexto, a produção intelectual de mulheres negras, especialmente quando fundamentada em experiências situadas, memórias, corporeidades e territorialidades, é frequentemente interpretada como excessivamente subjetiva, militante ou identitária. Tal enquadramento revela não uma fragilidade metodológica intrínseca, mas a persistência de hierarquias epistêmicas que operam por meio do que autoras como Sueli Carneiro (2005) denominam epistemicídio, processo sistemático de desqualificação e invisibilização dos saberes produzidos por populações negras. Como nos fala Patricia Hill Collins (2019) que “o conhecimento adquirido nas opressões interseccionais de raça, classe

e gênero incentiva a elaboração e a transmissão de saberes subjugados” (Collins, 2019, p. 42).

Metodologicamente, o estudo se configura como um ensaio teórico de natureza qualitativa, fundamentado em análise bibliográfica crítica de autoras do feminismo negro e de perspectivas decoloniais que discutem produção de conhecimento, subjetividade e legitimação científica. As fundamentações que irão permear esta escrita serão ancoradas nas contribuições teóricas de escritoras como; bell hooks (1984), Sueli Carneiro (2005), Patricia Hill Collins (2016), Grada Kilomba (2019). Essas pensadoras oferecem aportes fundamentais para compreender as articulações entre raça, gênero, classe, memória, corpo e produção de conhecimento, especialmente a partir de epistemologias que emergem das experiências de mulheres negras.

A partir desse referencial, procura-se tensionar os processos históricos de legitimação do conhecimento no campo científico, evidenciando de que maneira a produção intelectual de mulheres negras, frequentemente atravessada pela subjetividade e pela experiência situada, têm sido sistematicamente deslegitimada no interior das estruturas acadêmicas.

Ao dialogar com essas autoras, a escrita se inscreve em uma tradição crítica que questiona as hierarquias do saber e tensiona os limites impostos pela colonialidade. Suas obras não apenas denunciam os mecanismos de silenciamento e exclusão, mas também constroem categorias analíticas que permitem reinterpretar a realidade desde perspectivas historicamente marginalizadas. Assim, o texto se estrutura como um exercício de interlocução, em que teoria e experiência se entrelaçam, produzindo uma reflexão comprometida com justiça epistêmica e transformação social.

2 DESENVOLVIMENTO

A escrita, nesse sentido, deixa de ser um exercício abstrato e distante para tornar-se prática situada, comprometida com realidades concretas. Ao assumir a experiência como ponto de partida, não se trata de reduzir o debate ao campo do individual, mas de reconhecer que todo conhecimento é produzido a partir de um contexto histórico, social e político específico. O que se vive no corpo, na comunidade e nos territórios atravessados por desigualdades transforma-se em lente de análise, em ferramenta crítica e em possibilidade de intervenção.

Escrever desde a própria vivência é também um gesto político: rompe com a lógica que historicamente legitimou apenas determinadas vozes como produtoras de saber e reafirma que aqueles que experimentam as tensões da saúde precarizada, da educação excludente, das disputas religiosas ou das fragilidades das políticas públicas possuem autoridade para narrar, interpretar e propor. Trata-se, portanto, de transformar inquietações em reflexão sistematizada e de converter silêncios impostos em palavras públicas, “escrever, emerge como um ato político” (Kilomba, 2019, p. 28).

Assim como uma acadêmica, eu tenho ouvido com frequência que o meu trabalho a respeito do racismo diário é muito interessante, mas não científico, uma observação que ilustra essa ordem colonial que se coloca como lugar de quem é negro, negra ou simplesmente, não branco/a: "Você tem uma perspectiva subjetiva"; "muito pessoal"; "muito emocional"; "muito específico"; "são fatos objetivos?". Tais comentários funcionam como uma máscara que silencia nossas vozes tão logo falamos. Eles localizam os discursos produzidos por pessoas negras e não brancas de volta às margens, como conhecimento desviante, enquanto os discursos brancos são reiterados como centro, como a norma (Kilomba, 2019, p. 51).

Ademais, a crítica à suposta neutralidade do conhecimento científico, desenvolvida por pensadas como Donna Haraway (1995) ao propor a noção de saberes situados, evidencia que toda produção de conhecimento está ancorada em posições sociais específicas. O que se apresenta como universal corresponde, na realidade, à particularização de uma experiência histórica dominante que se tornou norma, o conhecimento eurocêntrico.

O homem branco diz: Talvez se rasparem o moreno de suas faces. Talvez se branquearem seus ossos. Parem de falar em línguas, parem de escrever com a mão esquerda. Não cultivem suas peles coloridas, nem suas línguas de fogo se quiserem prosperar em um mundo destro (Anzaldúa, 2000, p. 230).

O que ocorre, em muitos casos, é que a subjetividade da mulher negra nas instituições se evidencia justamente pela percepção de não pertencimento e pela ausência de representação nesses espaços. Suas falas, frequentemente, são deslegitimadas no campo acadêmico sob a justificativa de que estariam excessivamente atravessadas por subjetividades. Contudo, tal argumento desconsidera que toda produção de conhecimento é situada e que, no caso das mulheres negras, suas subjetividades foram historicamente forjadas por processos de violência, dor e exclusão. Assim, o que é nomeado como "excesso de subjetividade" revela, na verdade, a marca de experiências estruturadas por desigualdades raciais e de gênero, que precisam ser reconhecidas como fontes legítimas de saber.

A invisibilização das mulheres negras e de nossas ideias – não apenas nos Estados Unidos, mas na África, no Caribe, na América do Sul, na Europa e em outros lugares onde vivem mulheres negras – tem sido decisiva para a manutenção de desigualdades sociais. Mulheres negras que se dedicam a reivindicar e construir conhecimentos sobre mulheres negras costumam chamar a atenção para a política de supressão que seus projetos enfrentam (Collins, 2016, p. 34).

Assim, quando mulheres negras escrevem a partir de sua subjetividade, não rompem com o rigor acadêmico, mas explicitam a localização social do saber, tensionando os critérios tradicionais de validação científica. “Eu sou quem descreve minha própria história, e não quem é descrita. Escrever, portanto, emerge como um ato político” (Kilomba, 2019, p. 28).

Nesse sentido, como argumenta Patrícia Hill Collins (2016), a experiência social das mulheres negras constitui um ponto de vista epistêmico capaz de produzir interpretações críticas singulares acerca das dinâmicas de poder, raça, gênero e classe. A recusa institucional em reconhecer tais produções como conhecimento legítimo revela menos um problema de método e mais uma resistência estrutural à redistribuição da autoridade epistemológica.

[...] todos nós falamos de um tempo e lugar específicos, de uma história e umas realidades específicas - não há discursos neutros. Quando acadêmicos brancos afirmam ter um discurso neutro e objetivo, não estão reconhecendo o fato de que elas e eles também escrevem de um lugar específico que, naturalmente, não é neutro nem objetivo ou universal, mas dominante. [...] Meus escritos podem ser incorporados de emoção e de subjetividade, pois, contrariando o academicismo tradicional, os intelectuais negros se nomeiam, bem como seus locais de fala e de escrita, criando um novo discurso com uma nova linguagem (Kilomba, 2019, p. 58).

Problematizar a ideia de neutralidade que historicamente orientou a produção acadêmica, ao afirmar que todos os sujeitos falam a partir de um tempo, de um lugar e de experiências específicas, Kilomba (2019) evidencia que nenhum discurso é verdadeiramente neutro ou universal. O que frequentemente é apresentado como objetividade científica corresponde, na realidade, a um ponto de vista situado que, por ocupar uma posição de poder, foi naturalizado como padrão dominante.

No mundo conceitual branco, o sujeito negro é identificado como o objeto “ruim”, incorporando os aspectos que a sociedade branca tem reprimido e transformando em tabu, isto é, agressividade e sexualidade (Kilomba, 2019, p. 31). Desse modo, a escrita que emerge da subjetividade de pesquisadoras negras não deve ser compreendida como relato meramente autobiográfico, mas como elaboração teórica situada, comprometida com a desnaturalização das hierarquias históricas que regulam o campo científico. Trata-se, portanto, de uma intervenção epistemológica que desloca centros de enunciação e reivindica o reconhecimento da pluralidade de matrizes de produção do saber.

Em segundo lugar, ponho no centro da análise as experiências e as ideias das mulheres negras. Essa centralidade pode ser desconcertante para quem se acostumou a ver grupos

subordinados, como o das afro-americanas, enquadrar suas ideias da forma mais conveniente para os poderosos. Por exemplo, feministas brancas de classe média encontrarão poucas referências ao chamado pensamento feminista branco. Escolhi deliberadamente não começar com premissas feministas desenvolvidas a partir das experiências de mulheres brancas ocidentais de classe média para em seguida apresentar ideias e experiências de afro-americanas (Collins, 2016, p. 20).

A persistência das mulheres negras em construir suas próprias definições e avaliações sobre si mesmas, assim como a defesa de análises que partam de suas experiências específicas, assume relevância por razões fundamentais. Primeiramente, reconhecer e afirmar um ponto de vista elaborado a partir da própria vivência constitui um movimento de enfrentamento às representações externas que historicamente as posicionaram como objeto, e não como sujeito. Essas imagens impostas tendem a enquadrá-las na condição de “outro”, isto é, como aquilo que se desvia de um padrão considerado universal, tradicionalmente associado ao masculino e ao branco. Tal enquadramento sustenta mecanismos de desumanização indispensáveis à manutenção das hierarquias sociais. Ao reivindicar o direito de nomear a si mesmas e interpretar suas próprias realidades, as mulheres negras desafiam essa estrutura, deslocando-se da posição de alteridade subordinada para a centralidade de sujeitos produtores de conhecimento e significado.

Já nos anos 1990, emerge na literatura brasileira uma série de textos de autoria feminina, nos quais se percebe que a letra ficcional e poética tornava-se instrumento privilegiado para uma potente e persistente rasura, descontinuidade e desconstrução, tanto dos inumeráveis vícios de figuratização da personagem feminina quanto de alçamento de uma voz que denunciava o racismo e o sexismo que permeiam oblíquas práticas discursivas (Martins, 2021, p. 169).

No âmbito das produções acadêmicas, essa dinâmica manifesta-se de forma estrutural, ainda que frequentemente naturalizada pelos próprios dispositivos institucionais que regulam a produção do conhecimento. A universidade, constituída historicamente sob matrizes epistemológicas eurocêntricas e androcêntricas, consolidou critérios de validação científica que privilegiam determinados sujeitos, objetos e metodologias. Nesse arranjo, quando mulheres negras inscrevem suas experiências como fundamento analítico, suas produções tendem a ser desqualificadas, mesmo que tenham fundamentos e rigor técnico.

Entretanto, no interior das instituições acadêmicas, mulheres negras, pobres e oriundas de contextos socialmente marginalizados, ao produzirem reflexões sobre racismo, classe e outras questões estruturadas pelo processo colonial, são frequentemente enquadradas como militantes ou excessivamente engajadas. Tal classificação opera como mecanismo de deslegitimação, na medida em que associa suas produções a uma suposta

falta de objetividade, deslocando-as do campo do saber científico para o campo da reivindicação política.

Paradoxalmente, quando mulheres brancas se dedicam às mesmas temáticas, suas pesquisas tendem a ser reconhecidas como inovadoras, críticas ou socialmente relevantes, recebendo maior circulação e validação institucional. Essa assimetria revela que o problema não reside nos objetos investigados, mas na posição social de quem os enuncia. O reconhecimento acadêmico, portanto, não se distribui de maneira neutra, mas é atravessado por marcadores raciais e de classe que condicionam a autoridade epistêmica e a legitimidade da produção intelectual.

Conceição Evaristo (2014), escritora negra, produziu poemas que andam na contramão dessa representação e que fazem dialogar duas importantes poetisas contemporâneas enquadradas a partir dessas representações: a primeira, Clarice Lispector, branca, classe média, foi abraçada, mas não facilmente, pela historiografia literária; a segunda, Carolina de Jesus, negra, moradora de favela, precisou ser vista fora de seu país para ser enxergada aqui dentro. Os poemas Carolina na hora da estrela e Clarice no quarto de despejo são bem significativos para compreender essa identidade étnica e literatura nacional (Barbosa, 2020, p. 75).

A citação acima evidencia como Conceição Evaristo, ao publicar Poemas da recordação e outros movimentos (2014), tensiona as hierarquias raciais e sociais que estruturam a historiografia literária brasileira. Ao colocar em diálogo Clarice Lispector e Carolina Maria de Jesus, Evaristo não apenas aproxima duas trajetórias marcadas por profundas desigualdades de reconhecimento, mas explicita os critérios implícitos que definem quem é incorporado ao cânone e sob quais condições.

Clarice Lispector, mulher branca e oriunda da classe média urbana, ainda que tenha enfrentado resistências iniciais, foi progressivamente legitimada pela crítica e consolidada como referência central da literatura nacional. Já Carolina Maria de Jesus, mulher negra e moradora de favela, autora de Quarto de Despejo, teve sua obra frequentemente reduzida à condição de testemunho social ou documento sociológico, sendo por vezes desconsiderada como produção literária de pleno direito. O fato de ter alcançado reconhecimento significativo no exterior antes de ser amplamente valorizada no Brasil revela as barreiras internas de legitimação atravessadas por marcadores de raça e classe.

Os poemas “Carolina na hora da estrela” e “Clarice no quarto de despejo” operam, portanto, como gesto crítico e político. Ao inverter simbolicamente os lugares sociais e literários dessas autoras, Evaristo desestabiliza as fronteiras entre centro e margem, alta literatura e escrita periférica, universal e particular. A operação poética expõe que tais distinções não são neutras, mas atravessadas por relações de poder que racializam o reconhecimento estético.

Nesse sentido, a análise proposta por Barbosa (2020) aponta para uma reflexão mais ampla sobre identidade étnica e literatura nacional: o cânone não é apenas um conjunto de obras consagradas, mas um campo de disputas no qual se decide quem pode representar a nação e quais experiências são consideradas dignas de memória e de valor estético.

A insistência de mulheres negras autodefinirem-se, autoavaliarem-se e a necessidade de uma análise centrada na mulher negra é significativa por duas razões: em primeiro lugar, definir e valorizar a consciência do próprio ponto de vista autodefinido frente a imagens que promovem uma autodefinição sob a forma de “outro” objetificado é uma forma importante de se resistir à desumanização essencial aos sistemas de dominação. O status de ser o “outro” implica ser o outro em relação a algo ou ser diferente da norma pressuposta de comportamento masculino branco. Nesse modelo, homens brancos poderosos definem-se como sujeitos, os verdadeiros atores, e classificam as pessoas de cor e as mulheres em termos de sua posição em relação a esse eixo branco masculino. Como foi negada às mulheres negras a autoridade de desafiar essas definições, esse modelo consiste em imagens que definem as mulheres negras como um outro negativo, a antítese virtual da imagem positiva dos homens brancos (Collins, 2016, p. 105).

O fato de que as duas escritoras Clarice Lispector e Carolina Maria de Jesus foram contemporâneas e compartilharam o mesmo tempo histórico e o mesmo espaço de produção literária impõe uma reflexão incontornável acerca dos critérios de consagração no campo literário brasileiro. Se, por um lado, uma delas consolidou-se como presença recorrente nos livros didáticos e nos currículos escolares, por outro, a outra permaneceu à margem, apesar da inegável potência estética e crítica de sua obra, tendo vivido em condições de extrema precariedade material.

Essa lógica repercute de modo contundente no espaço escolar. O Ensino Médio, responsável pela formação leitora e pela difusão de um repertório que se apresenta como expressão da identidade nacional, reproduz, muitas vezes, a seletividade do cânone. A ausência ou presença tardia de Carolina Maria de Jesus nos currículos não é um dado neutro, mas sintoma de um projeto pedagógico que historicamente privilegiou determinadas vozes como portadoras da “literatura brasileira” e relegou outras à margem. Ao excluir ou minimizar autoras negras e periféricas, a escola contribui para a manutenção de uma memória literária incompleta, que não contempla a pluralidade das experiências que compõem o país.

A discrepância entre o reconhecimento crítico de Clarice Lispector e a marginalização prolongada de Carolina Maria de Jesus não pode ser explicada exclusivamente por critérios estéticos. Ao contrário, evidencia que o processo de canonização literária é atravessado por disputas simbólicas nas quais raça, classe e capital cultural operam como vetores decisivos. A universalização da escrita clariceana foi possível porque sua autoria se aproximava do

perfil historicamente legitimado como representante da literatura nacional urbano, letrado, branco. Já Carolina, mulher negra, favelada e autodidata, teve sua obra frequentemente reduzida à dimensão documental, como se sua escrita fosse apenas registro da pobreza e não elaboração estética da experiência.

Sobre a escrita corajosa e necessária de Carolina Maria de Jesus, menciono Chiziane, (2016) como os marcadores de raça e gênero operam na definição prévia do estatuto social e intelectual de determinadas autoras. Segundo Chiziane, ela não escreve para arrancar aplausos, “como acontece com os escritores cor-de-rosa” que escrevem sonhos “cor-de-rosa” (Chiziane, 2016).

A raça e o sexo determinam o estatuto de quem faz o que quer que seja. Sou mulher e sou preta, então, tudo que faço tem que ter erros. Se não tiver, arranjam. E eu, teimosa que sou, digo-lhes que a minha escrita não tem erro nenhum. E a minha opção vingou porque consegui trazer uma reflexão sobre determinados aspectos culturais que antes nunca tinham sido tocados. Os meus temas exigem coragem, trabalho e pesquisa, sem que ninguém me suporte financeiramente (Chiziane, 2016, s/p).

A percepção de que, caso não haja erro, “arranjam” um, revela a dimensão simbólica do racismo e do sexismo no campo literário e acadêmico: a crítica não incide apenas sobre o texto, mas sobre quem o produz. Nesse contexto, a afirmação categórica de que sua escrita “não tem erro nenhum” configura um gesto de reivindicação de competência e de autonomia autoral, rompendo com a lógica que tenta subalternizar sua produção.

Tal assimetria de reconhecimento suscita questionamentos sobre quais fatores, para além da qualidade literária, operaram na definição de sua inserção ou exclusão do cânone. A diferença de trajetórias evidencia que os processos de legitimação cultural são atravessados por marcadores de raça, classe e origem social, que condicionam a circulação, a recepção crítica e a institucionalização das obras. Não se trata apenas de reconhecer trajetórias distintas, mas de interrogar as condições sociais que possibilitaram a uma tornar-se referência recorrente nos manuais escolares e nos currículos universitários, enquanto a outra, apesar da expressiva repercussão inicial de “Quarto de Despejo”, permaneceu por décadas circunscrita a um lugar de excepcionalidade folclorizada ou de testemunho social.

Assim, a comparação entre as duas autoras ultrapassa o campo estritamente literário e alcança uma dimensão política e epistêmica: revela que o reconhecimento não é apenas resultado do talento individual, mas produto de estruturas sociais que definem quem pode ser lido como universal e quem permanece identificado como particular, local ou circunstancial. A recente incorporação de Carolina Maria de Jesus às discussões acadêmicas e curriculares, ainda que significativa, evidencia o quanto o processo de revisão do cânone é

tardio e marcado por resistências, exigindo uma reconfiguração mais ampla das bases que sustentam a ideia de literatura nacional.

O racismo do branco contra o negro, o sexismo do homem contra a mulher são similares. [...] Em geral a tendência da escritora negra é se engajar na luta do homem, chamada de geral. A especificidade de ser mulher escritora que aflora nos trabalhos passa então despercebida. [...] Não preciso estar falando de chibata, escravidão, para escrever literatura negra. A arte é liberdade, libertação. A minha arte é engajada comigo. Eu sou o quê? Eu sou negra Eu sou negra, mulher, mãe solteira, empresária, filha, funcionária, militante. [...] Se eu conseguir me comunicar enchendo o papel de vírgula, e o leitor entender que eu estou falando do lugar onde o Brasil se instala, da miserabilidade em que a população negra se encontra, se eu conseguir falar com vírgulas, eu vou encher o papel de vírgula (Martins, 2007, p. 64).

Para Schollhammer (2009), a literatura que hoje trata dos problemas sociais não exclui a dimensão pessoal e íntima, privilegiando apenas a realidade exterior; o escritor que opta por ressaltar a experiência subjetiva não ignora a turbulência do contexto social e histórico. Nessa perspectiva, o escritor que privilegia a experiência subjetiva não se descola das turbulências históricas e sociais de seu tempo. A interioridade, longe de configurar fuga ou alienação, constitui-se como espaço privilegiado de elaboração crítica do contexto. Assim, a dicotomia entre o pessoal e o político revela-se artificial: a experiência íntima é também atravessada por relações de poder, desigualdades e conflitos históricos, tornando-se, portanto, um modo legítimo e potente de interpretação da realidade social.

Nas instituições de ensino superior, somos instigados a ampliar nossa compreensão social acerca do mundo, dos sujeitos que nele habitam e das múltiplas diferenças que os constituem. A partir dessas reflexões, torna-se possível identificar aquilo que nos atravessa, nos inquieta e nos mobiliza intelectualmente. Desse modo, o exercício analítico permite compreender como determinadas questões sociais, históricas e culturais passam a interpelar o sujeito pesquisador, despertando inquietações e reflexões que orientam a construção do pensamento crítico e da investigação acadêmica.

Desse modo, nós, mulheres negras acadêmicas e pesquisadoras, constituímos-nos como sujeitos centrais em nossas próprias investigações. Tal posicionamento não deslegitima a potência da pesquisa pelo fato de sermos, simultaneamente, sujeitos que investigam e sujeitos implicados nas experiências analisadas. Ao contrário, essa condição evidencia que a produção do conhecimento é atravessada por posicionamentos históricos e sociais, os quais também orientam os recortes analíticos e as problematizações elaboradas no percurso investigativo.

Os modos de pensar e interpretar a realidade, ancorados em referenciais teóricos e epistemológicos construídos por mulheres negras, fortalecem a elaboração de análises

críticas comprometidas com a valorização de experiências historicamente marginalizadas. Nesse sentido, ao dialogarmos com produções intelectuais de outras mulheres negras com as quais estabelecemos identificação teórica e política, ampliamos nossas possibilidades de interpretação e construímos conclusões fundamentadas em tradições epistemológicas que reconhecem essas experiências como fontes legítimas de produção de conhecimento.

E como hooks (1984) nos aciona a refletir possibilidades epistemológicas ao reconhecer que o conhecimento produzido a partir dessas posições não é limitado pela marginalidade, mas enriquecido por ela, na medida em que permite enxergar dimensões da realidade frequentemente invisibilizadas pelos olhares situados no centro das estruturas de poder. Ela afirma que ao viver como vivíamos, na margem, acabamos desenvolvendo uma forma particular de ver a realidade. Olhávamos tanto de fora para dentro quanto de dentro para fora... compreendíamos ambos (hooks, 1984).

A afirmação de bell hooks (1984) destaca que a experiência de viver à margem das estruturas sociais dominantes possibilita o desenvolvimento de uma perspectiva singular de interpretação da realidade. Ao afirmar que, ao viverem nas margens, sujeitos historicamente marginalizados aprendem a olhar “de fora para dentro” e “de dentro para fora”, a autora evidencia a formação de uma consciência crítica que se constrói na intersecção entre pertencimento e distanciamento. Esse duplo olhar permite compreender simultaneamente a lógica interna dos grupos dominantes e as condições de exclusão impostas àqueles que se encontram nas periferias sociais. Assim, a marginalidade, longe de representar apenas um lugar de privação, também pode constituir-se como um espaço privilegiado de observação crítica das relações de poder que organizam a sociedade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas ao longo deste trabalho permitiram evidenciar que a produção de conhecimento não ocorre em um campo neutro, tampouco descolado das experiências sociais, históricas e políticas que atravessam os sujeitos que pesquisam e escrevem. Ao contrário, como apontam as autoras como bell hooks, Grada Kilomba, Patricia Hill Collins e Sueli Carneiro, toda produção intelectual está situada, sendo atravessada por marcadores sociais como raça, gênero, classe e pelas condições históricas nas quais os sujeitos se encontram inseridos. Reconhecer essa dimensão situada do conhecimento não representa uma fragilização da investigação científica, mas, ao contrário, constitui um passo fundamental para a ampliação crítica das bases epistemológicas que sustentam o saber acadêmico.

Ao reivindicar a legitimidade de uma escrita atravessada por emoção e subjetividade, essas escritas tensionam os limites do academicismo tradicional e propõe outras formas de produção intelectual. Para as autoras intelectuais negras, ao nomearem seus lugares de fala e de escrita, desafiam as hierarquias epistêmicas que historicamente silenciaram suas vozes

e inauguram novas linguagens e formas de narrar a experiência. Assim, a presença da subjetividade na escrita não representa uma fragilidade metodológica, mas um gesto político e epistemológico que reconhece a implicação do sujeito na construção do conhecimento e amplia as possibilidades de interpretação da realidade.

Nesse sentido, ao reivindicar a centralidade da experiência na produção do conhecimento, especialmente a experiência de mulheres negras, esta reflexão buscou tensionar as fronteiras que historicamente delimitaram quais vozes poderiam ser legitimadas como produtoras de saber. Durante muito tempo, a universidade operou a partir de parâmetros que privilegiam determinadas perspectivas como universais, ao mesmo tempo em que relegaram outras experiências à condição de objeto de estudo, mas raramente de sujeito da produção intelectual. Esse processo, que diversos autores denominam como exclusão ou silenciamento epistêmico, produziu lacunas significativas na forma como compreendemos a sociedade, a cultura e as múltiplas formas de existência que compõem a realidade social.

Ao trazer para o centro do debate as produções intelectuais de mulheres negras, evidencia-se que suas escritas não apenas denunciam estruturas de desigualdade, mas também produzem categorias analíticas capazes de ampliar os horizontes interpretativos das ciências humanas. A partir de suas experiências, essas autoras elaboram reflexões que articulam corpo, memória, ancestralidade, território e subjetividade como dimensões constitutivas da produção do conhecimento. Assim, suas contribuições não devem ser compreendidas apenas como narrativas particulares ou testemunhos individuais, mas como formulações teóricas que tensionam e ampliam as bases epistemológicas da própria academia. Nesse processo, a escrita situada assume papel fundamental. Longe de representar um afastamento do rigor científico, a incorporação da experiência vivida na investigação revela-se como estratégia metodológica que permite compreender fenômenos sociais a partir de perspectivas historicamente invisibilizadas. Como argumenta Grada Kilomba (2019), não existem discursos neutros; todos os sujeitos falam a partir de um lugar específico. Assim, reconhecer o lugar de fala não significa limitar a produção do conhecimento, mas explicitar as condições que o tornam possível, permitindo que novas vozes e interpretações emergem no campo acadêmico.

A análise da circulação e do reconhecimento de determinadas produções literárias também revelou como os processos de legitimação cultural estão atravessados por relações de poder. A trajetória de autoras como Carolina Maria de Jesus demonstra que o reconhecimento literário não se estabelece apenas a partir de critérios estéticos, mas também a partir de estruturas sociais que definem quem pode ser reconhecido como representante legítimo da literatura nacional. A marginalização prolongada de sua obra nos currículos escolares e universitários evidencia como o cânone literário foi historicamente constituído a partir de perspectivas seletivas, que privilegiam determinadas vozes em

detrimento de outras. Dessa forma, a revisão crítica desses processos torna-se fundamental para a construção de um campo acadêmico mais plural e comprometido com a diversidade das experiências humanas.

Ao assumir que mulheres negras pesquisadoras também são atravessadas pelas questões que investigam, este trabalho reafirma que a implicação do sujeito na pesquisa não invalida o conhecimento produzido. Pelo contrário, pode fortalecer o processo investigativo ao permitir uma compreensão mais sensível e crítica dos fenômenos analisados. A experiência vivida, quando articulada a referenciais teóricos consistentes e a um rigor metodológico comprometido com a reflexão crítica, transforma-se em ferramenta potente para a construção de novas interpretações sobre a realidade.

Por fim, torna-se evidente que a presença crescente de mulheres negras no espaço acadêmico representa não apenas um avanço em termos de representatividade, mas também uma inflexão epistemológica significativa. Suas escritas, pesquisas e reflexões contribuem para questionar as hierarquias do saber, ampliar os horizontes interpretativos das ciências humanas e produzir novas formas de pensar a relação entre conhecimento, poder e experiência. Assim, ao reivindicar o direito de narrar suas próprias histórias, interpretar suas próprias realidades e produzir suas próprias teorias, mulheres negras não apenas ocupam espaços historicamente negados, mas transformam profundamente as formas de pensar, produzir e legitimar o conhecimento.

REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Glória. **Falando em línguas**: uma carta para mulheres escritoras do terceiro mundo. Revista Estudos Feministas, ano 08, 1º semestre 2000.

BARBOSA, Maria Aparecida. Literatura negra e identidade étnica na poesia de Conceição Evaristo. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Literatura, identidade e memória**. Salvador: EDUFBA, 2020. p. 65–80.

CARNEIRO, A. S. **A Construção do Outro como Não-ser como fundamento do Ser**. São Paulo: FUESP, 2005.

CHIZIANE, Paulina. **Não volto a escrever. Basta. Entrevistador**: José Maria Remédios, em 11 de julho de 2016. Disponível em: http://www.geledes.org.br/paulina-chiziane-nao-volto-escreverbasta/#gs.v_K1_kA. Acesso em: 10 fev. 2026.

COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider Within**: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Revista Sociedade e Estado. –V 31, N. 1, Janeiro/abril, p. 99-127, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzzsGrvmFTKFqr6GLVMn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 fev. 2026.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2014.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7–41, 1995.

hooks, bell. **From margin to center**. Boston: South End Press, 1984.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**. Episódios de racismo cotidiano. Tradução Jess Oliveira. Editora Cobogó, 2019.

MARTINS, L. M. **Performances do tempo espiralar**: Poéticas do corpo tela. 1 ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

SCHOLLHAMMER, Karl Erik. **Ficção brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

Recebido em: 11/03/2026

Aceito em: 17/06/2026